

**Janiere Portela Leite Paes
Francisco Dirceu Barros**

DIREITO ELEITORAL CRIMINAL

Direito Material e Processual

3ª Edição

**Revista e Atualizada em Volume Único de acordo com
a Legislação Eleitoral Vigente para as Eleições 2024**

Curitiba
Juruá Editora
2024

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-263-0895-0

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Paes, Janiere Portela Leite

P126 Direito eleitoral criminal: direito material e processual /
Janiere Portela Leite Paes, Francisco Dirceu Barros - 3. ed.
rev. atual. - Curitiba: Juruá, 2024.
456p.; 21cm

1. Direito penal eleitoral. 2. Eleições – Legislação.
3. Crimes eleitorais. I. Barros, Francisco Dirceu. II. Título.

CDD 342.07 (22.ed)

CDU 342.81

070039

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS.....	17
----------------------------	----

PARTE I DIREITO PENAL ELEITORAL – PARTE GERAL

Capítulo I NOÇÕES INTRODUTÓRIAS AO ESTUDO DO DIREITO PENAL ELEITORAL	23
---	-----------

1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS AO ESTUDO DO DIREITO PENAL ELEITORAL.....	23
1.1 Conceito de Direito Penal Eleitoral	24
1.2 Direito Penal Eleitoral Objetivo e Direito Penal Eleitoral Subjetivo.....	24
1.3 Direito Penal Eleitoral Como Norma Especial	24
1.4 Lei Penal Eleitoral em <i>Vacatio Legis</i>	26
1.5 Os Princípios do Direito Penal Eleitoral.....	26

Capítulo II APLICAÇÃO DA LEI PENAL ELEITORAL.....	31
--	-----------

2 APLICAÇÃO DA LEI PENAL ELEITORAL	31
2.1 Considerações Iniciais	31
2.2 Da Analogia Eleitoral	32
2.3 A Lei Penal Eleitoral mais Benigna.....	33
2.4 A Validade Temporal da Lei Penal Eleitoral.....	33
2.5 Da <i>Abolitio Criminis</i> Eleitoral	35
2.6 Da Sucessividade das Leis Penais Eleitorais no Tempo.....	36

2.7	Extra-Atividade da Lei mais Favorável	37
2.8	Competência para Aplicação da <i>Lex Mitior</i>	37
2.9	Do Tempo do Crime Eleitoral	37
2.10	Do Lugar do Crime Eleitoral	38
Capítulo III TEORIA GERAL DO CRIME.....		43
3	DO CRIME: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO GERAL	43
3.1	Classificação dos Crimes Eleitorais.....	46
Capítulo IV DAS ESPÉCIES DE PENA.....		57
4.1	Classificação das Penas	59
4.2	Penas Privativas de Liberdade	62
4.3	Penas Restritivas de Direitos	66
Capítulo V DO <i>SURSIS</i> PENAL ELEITORAL E DO LIVRAMENTO CONDICIONAL ELEITORAL.....		77
5	DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA (<i>SURSIS</i> PENAL)	77
5.1	As Espécies de <i>Sursis</i>	77
5.2	Do Período de Prova.....	78
5.3	Condições Legais do <i>Sursis</i>	80
5.4	Penas que não Comportam a Aplicação do <i>Sursis</i>	81
5.5	Revogação Obrigatória	82
5.6	Revogação Facultativa.....	82
5.7	As Consequências da Revogação.....	83
5.8	A Revogação Automática	83
5.9	Prorrogação do Período de Prova	83
5.10	Do Livramento Condicional Eleitoral.....	84
5.11	Requisitos do Livramento Condicional Eleitoral.....	85
5.12	Os Efeitos do Livramento Condicional Eleitoral.....	86
5.13	Especificação das Condições do Livramento Condicional Eleitoral	86

5.14 A Revogação do Livramento Condicional.....	87
5.15 As Causas da Revogação Podem Ser.....	87
5.16 Revogação Facultativa do Livramento	88
5.17 Efeitos da Revogação do Livramento Condicional	88
5.18 Da Extinção do Livramento Condicional	90
Capítulo VI DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO	91
Capítulo VII DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	97

PARTE II**DIREITO PENAL ELEITORAL – PARTE ESPECIAL**

Capítulo I DOS CRIMES ELEITORAIS EM ESPÉCIE	121
1.1 Crimes Previstos no Código Eleitoral.....	121
1.2 Crimes Previstos na Lei 9.504/1997 (Lei das Eleições)	249
1.3 Crimes Previstos na Lei 6.091/1974.....	272
1.4 Crimes Eleitorais na Lei 6.996/1982	276
1.5 Crimes Eleitorais na Lei das Inelegibilidades.....	276

PARTE III**PARTE PROCESSUAL**

Capítulo I DIREITO PROCESSUAL PENAL ELEITORAL	283
1 NOÇÕES GERAIS DO PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	283
1.1 Considerações Iniciais	283
1.2 Sistemas Processuais Penais	284
1.2.1 Sistema inquisitorial.....	284
1.2.2 Sistema acusatório.....	285
1.3 Lei Processual no Tempo.....	286
1.4 Lei Processual no Espaço	288

Capítulo II PERSECUÇÃO PENAL ELEITORAL –	
EXTRAJUDICIAL	291
2 APURAÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIS ELEITORAIS: FASE PRÉ-PROCESSUAL.....	291
2.1 Considerações Iniciais	291
2.2 Polícia Judiciária Eleitoral	291
2.3 Notícia-Crime Eleitoral.....	292
2.4 Do Inquérito Policial Eleitoral	294
2.4.1 Noções didáticas sobre a matéria.....	294
2.4.2 Características do inquérito policial eleitoral	295
2.4.3 A possibilidade de o Ministério Público Eleitoral requisitar inquérito policial eleitoral.....	307
2.4.4 Processamento do inquérito.....	310
2.4.5 Audiência de custódia eleitoral.....	310
2.4.6 Procedimento da audiência da custódia	312
2.4.7 A instauração do inquérito policial eleitoral.....	317
2.4.8 Das diligências requisitadas pelo Ministério Público Eleitoral	318
2.4.9 Tramitação direta de inquéritos policiais eleitorais	319
2.4.10 Dos prazos para concluir o inquérito policial eleitoral	320
2.4.11 Como fazer a contagem do prazo	321
2.4.12 Conclusão e arquivamento do inquérito	321
2.4.13 Síntese procedimental do arquivamento.....	325
2.4.14 O desarquivamento do inquérito policial eleitoral e a coisa julgada	326
2.4.15 Procedimento para o desarquivamento do IPE (Inquérito Policial Eleitoral).....	326
2.4.16 O auto de apreensão nos atos infracionais eleitorais	327
2.5 TCOE (Termo Circunstanciado de Ocorrência Eleitoral).....	328

2.6	Acordo de Não Persecução Penal – (ANPP)	328
2.6.1	Conceito	330
2.6.2	Requisitos do acordo de não persecução penal eleitoral.....	330
2.6.3	A Observância dos Tratados Internacionais	332
2.6.4	Acordo de não persecução penal em crimes eleitorais	332
2.7	Juiz das Garantias no Processo Penal Eleitoral.....	334

**Capítulo III PERSECUÇÃO PENAL ELEITORAL – FASE
PROCESSUAL335**

3	DA AÇÃO PENAL ELEITORAL.....	335
3.1	Considerações Iniciais	335
3.2	Divisão da Ação Penal Eleitoral	336
3.3	Condições da Ação Penal	337
3.4	Estudo Específico da Ação Penal Pública Incondicionada Eleitoral ..	340
3.5	Pressupostos Processuais.....	341
3.6	Princípios da Ação Penal Eleitoral Pública Incondicionada	341
3.7	Princípios que Regem a Ação Penal Eleitoral Privada Subsidiária da Pública Incondicionada	343
3.8	Estudo Específico da Ação Penal Eleitoral Privada Subsidiária da Pública Incondicionada.....	344
3.9	Estudo Específico da Ação Pública Subsidiária da Pública Incondicionada	346
3.10	Da Queixa-Crime Eleitoral.....	348
3.11	Da Denúncia Eleitoral	349
3.12	O Início da Ação Penal Eleitoral	352
3.13	Recebimento, Rejeição ou Não Recebimento da Denúncia.....	353

Capítulo IV COMPETÊNCIA CRIMINAL ELEITORAL355

4	COMPETÊNCIA CRIMINAL ELEITORAL.....	355
4.1	Regras Para Definição da Competência Criminal	358

4.2	Conflito de Competência	368
4.3	Independência de Instâncias	370
4.4	Os Crimes Eleitorais, o Foro por Prerrogativa e a Ação Penal STF 937/RJ	371
4.4.1	Do efeito não vinculante do julgado 937/RJ- STF	374
4.4.2	A importância do foro por prerrogativa de função	375
4.4.3	Natureza jurídica do foro por prerrogativa de função.....	376

Capítulo V OS PROCEDIMENTOS PROCESSUAIS PENAIS

ELEITORAIS..... 381

5	OS PROCEDIMENTOS PROCESSUAIS PENAIS ELEITORAIS	381
5.1	Procedimento Processual Penal Eleitoral na Primeira Instância... ..	383
5.2	Principais Regras Práticas Sobre as Exceções	388
5.3	Do Saneamento do Processo.....	390
5.4	Análise da Possibilidade de Aplicar o Juizado Especial Criminal aos Crimes Eleitorais	391
5.5	A Transação Penal e os Crimes Eleitorais que Possuem um Sistema Punitivo Especial.....	394
5.6	O Sistema Punitivo Especial e a Transação Penal com Proposta Previamente Determinada.....	396
5.7	Síntese do Procedimento para Aplicação da Transação Penal	397
5.8	Síntese do Procedimento Penal Eleitoral Sumaríssimo	398
5.9	Síntese do Procedimento para Aplicação da Suspensão Condicional do Processo.....	399
5.10	Previsão Legal da Suspensão Condicional do Processo em Crimes Eleitorais	401

Capítulo VI MEDIDAS CAUTELARES 403

6	MEDIDAS CAUTELARES.....	403
6.1	Medidas Cautelares de Natureza Pessoal Diversas da Prisão	403
6.2	Prisões.....	405

6.2.1	Noções introdutórias.....	405
6.2.2	Prisão em âmbito eleitoral.....	407
6.2.3	Prisão em período eleitoral.....	408
6.3	Liberdade Provisória.....	411
6.3.1	Espécies de liberdade provisória.....	413
Capítulo VII SENTENÇA PENAL ELEITORAL		417
7	SENTENÇA PENAL ELEITORAL.....	417
7.1	Noções Introdutórias.....	417
7.2	Classificação das Sentenças Penais	417
7.3	Requisitos da Sentença Penal Eleitoral.....	418
7.4	Características e Efeitos da Sentença Penal.....	420
7.5	Formalidades Aplicadas à Sentença	423
Capítulo VIII EXECUÇÃO DAS PENAS.....		425
8	DA EXECUÇÃO DAS PENAS.....	425
8.1	Execução de Sentença Penal Condenatória e Absolutória Imprópria	425
8.2	Execução de Sentença Restritiva de Direitos.....	427
8.3	Execução da Pena de Multa.....	428
REFERÊNCIAS		431
ÍNDICE REMISSIVO.....		443